

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA DE DIREITO FGV DIREITO RIO  
GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**LUCCA SOUTO MACHADO RIBEIRO DO NASCIMENTO**

**A LEI 13.964/19, O TRIBUNAL DO JÚRI E A EXECUÇÃO ANTECIPADA DA PENA**

Rio de Janeiro, dezembro/2020

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**  
**ESCOLA DE DIREITO FGV DIREITO RIO**  
**GRADUAÇÃO EM DIREITO**

LUCCA SOUTO MACHADO RIBEIRO DO NASCIMENTO

**A LEI 13.964/19, O TRIBUNAL DO JÚRI E A EXECUÇÃO ANTECIPADA DA PENA**

Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação do professor **Thiago Bottino do Amaral** apresentado à FGV DIREITO RIO como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Direito.

Rio de Janeiro, dezembro/2020

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**  
**ESCOLA DE DIREITO FGV DIREITO RIO**  
**GRADUAÇÃO EM DIREITO**

LUCCA SOUTO MACHADO RIBEIRO DO NASCIMENTO

**A LEI 13.964/19, O TRIBUNAL DO JÚRI E A EXECUÇÃO ANTECIPADA DA PENA**

Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação do professor **Thiago Bottino do Amaral** apresentado à FGV DIREITO RIO como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Direito.

**Comissão Examinadora:**

Nome do orientador: Thiago Bottino do Amaral

Nome do Examinador 1: Paulo Ricardo Nogueira Machado

Nome do Examinador 2: Felipe Lima de Almeida

**Assinaturas:**

---

Thiago Bottino do Amaral

---

Paulo Ricardo Nogueira Machado

---

Felipe Lima de Almeida

**Nota final:** \_\_\_\_\_

Aos afetos.

A prisão é realmente monstruosa, e eu tenho verdadeira alergia à cadeia<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> SILVA, Evandro Lins e, 1912 - O salão dos passos perdidos: depoimento ao CPDOC I Evandro Lins e Silva; entrevistas e notas, Marly Motta, Verena Alberti ; edição de texto, Dora Rocha - Rio de Janeiro : Nova Fronteira : &1. FOV, 1997.

## RESUMO

Este artigo procura analisar alterações legislativas propostas pela Lei 13.964/2019, no tocante ao Tribunal do Júri e a execução antecipada das penas decorrentes de decisões condenatórias. O Tribunal do Júri possui uma nítida relevância social e legal. É competente para julgar os crimes contra a vida, aqueles que, por sua natureza, recebem a atenção e o clamor popular em maior evidência. A mudança legislativa que busca-se questionar altera o procedimento deste Tribunal para dar início à execução da pena aos condenados pelo Júri a uma pena maior ou igual a quinze anos. Nesse sentido, torna-se necessário remontar a discussão acerca da viabilidade da execução antecipada da pena, antes do trânsito em julgado. Tal debate foi travado no Supremo Tribunal Federal, em uma disputa jurisprudencial que durou praticamente dez anos. O cerne do estudo é analisar a constitucionalidade desta escolha legislativa, além de questionar o porquê de selecionar apenas o Tribunal do Júri para tentar se executar antecipadamente a pena, e como essas escolhas dialogam com o cenário político-criminal brasileiro.

**Palavras-chave:** Direito Penal. Tribunal do Júri. Execução provisória da pena. Lei 13.964/2019. Constitucionalidade. Política Criminal.

## ABSTRACT

This article seeks to analyze legislative changes proposed by Law 13.964/2019, regarding the Jury Court and the early execution of penalties resulting from condemnatory decisions. The Jury Court has a clear social and legal relevance. It is competent to judge crimes against life, those that, by their nature, receive the attention and popular outcry in greater evidence. The legislative change that is sought to be questioned alters the procedure of this Court to start the execution of the sentence to those convicted by the Jury to a sentence greater than or equal to fifteen years. In this sense, it is necessary to go back to the discussion about the feasibility of early execution of the sentence, before the final decision. Such a debate was fought in the Federal Supreme Court, in a jurisprudential dispute that lasted practically ten years. The core of the study is to analyze the constitutionality of this legislative choice, in addition to questioning the reason for selecting only the Jury Court to try to execute the sentence in advance, and how they choose to dialogue with the Brazilian political-criminal scenario.

**Keywords:** Criminal Law. Jury court. Provisional execution of the sentence. Law 13,964 / 2019. Constitutionality. Criminal Policy.

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 01 - O TRIBUNAL DO JÚRI</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 02 - A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO 03 - A LEI 13.964/19</b>	<b>27</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>37</b>



## INTRODUÇÃO

A Lei 13.964/19, popularmente conhecida como “pacote anticrime”, instituiu uma série de mudanças na legislação penal e processual penal. Tais propostas são oriundas do Ministério da Justiça do governo de Jair Bolsonaro, durante a atuação do ex-juiz Sérgio Moro enquanto Ministro da Justiça. As propostas visam o aperfeiçoamento das normas penais, desde a fase de investigação, passando pela fase da instrução, pelos recursos, até alcançar também a execução penal.

Dentre as mudanças estabelecidas, aquela que se pretende discutir é a presente no Artigo 492, inciso I, alínea “e”, do Código de Processo Penal. Em síntese, a norma determina a execução provisória das penas, quando, ao final do julgamento do Tribunal do Júri, o réu for condenado a pena maior ou igual a 15 (quinze) anos.

Há como se sustentar que essa alteração propicia incongruências jurídicas com o próprio Código de Processo Penal, com o Código Penal e com a Constituição da República. Contudo, mais do que uma hipótese jurídica de inconstitucionalidade da norma (por descompasso com a legislação penal e constitucional vigente), o presente estudo visa abarcar as razões subjacentes à regra proposta, objetivando fomentar um debate não apenas jurídico, mas também sobre a política criminal brasileira.

Diante disso, questiona-se: (i) **a execução da pena no Tribunal do Júri é constitucional?** (ii) **Por que se escolheu apenas a execução provisória após julgamento do Júri?** (iii) **Como essas escolhas dialogam com o cenário penal e político-criminal no Brasil?**

Antes de responder a cada pergunta, se faz oportuno realizar um apanhado histórico e bibliográfico sobre o tema. Torna-se propício relembrar as origens das políticas criminais que ensejaram a confecção do Código Penal, do Código de Processo Penal e da Constituição Federal de 1988. Ademais, é necessário analisar as mudanças mais significativas, no que concerne os temas a serem debatidos, pelas quais cada diploma legal passou. Há de se remontar as alterações mais relevantes, até que se alcance a mudança em questão, trazida pela Lei 13.964/19.

Alcançando a época atual, se faz necessário arquitetar a completude da discussão sobre a execução provisória da pena. Isso porque, tal tema foi fortemente debatido desde

2009, e principalmente, a partir de 2014, com a deflagração da operação da Polícia Federal batizada de “Operação Lava-jato”.

Desde a promulgação da Constituição, em 1988, foi tão somente entre 2010 e 2020, que o tema da execução provisória da pena ganhou os holofotes no debate jurídico nacional. Certamente, há de se reconhecer a influência que a Operação Lava-jato promoveu, além das mudanças legislativas que foram realizadas. Inclusive, sobre esse tema, foram ajuizadas três Ações Declaratórias de Constitucionalidade, de números 43 e 44 e 54.

A alteração legal que se propõe discutir trata da execução provisória da pena, mas foca apenas nos casos de Tribunal do Júri. Portanto, há de se aprofundar e delimitar o enfoque em cima do porquê escolher executar a pena provisoriamente, apenas para os crimes julgados pelo Tribunal do Júri, e, mais especificamente ainda, aqueles com pena maior ou igual à 15 (quinze) anos.

No que se refere ao Tribunal do Júri, sua importância está consolidada desde a Constituição Federal. Do ponto de vista teórico penal e social, os crimes julgados pelo Júri possuem um elevado grau de relevância, dentre os demais contidos no ordenamento pátrio. Isso porque, o Direito Penal brasileiro possui crimes privados (ação penal privada), nos quais “o crime viola um interesse preponderantemente privado”<sup>2</sup>, e, por isso, é o “privado” que irá propor toda a persecução penal.

Ainda, existem os crimes públicos condicionados à representação (ação penal pública condicionada), nos quais o interesse social é significativo, mas, “há também uma forte interferência no interesse privado”<sup>3</sup>. Por fim, existem os crimes públicos incondicionados (ação penal pública incondicionada), os com maior relevância social, já que “o crime viola um bem jurídico de interesse público, por sua relevância para toda a sociedade”<sup>4</sup>.

Crimes que são julgados pelo Tribunal do Júri são crimes públicos incondicionados. A excepcionalidade do Tribunal reside no fato de que são sete jurados, representantes do povo, sorteados, os “juízes” do caso. Ainda, sua competência é para julgar crimes dolosos contra a vida. Ademais, é conveniente apontar que a parte especial do Código Penal, que

---

<sup>2</sup> BADARÓ, Gustavo Henrique. **Processo Penal / Gustavo Henrique Badaró** - 4. ed. rev. atual e ampl. pp. 189 - São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2016.

<sup>3</sup> BADARÓ, Gustavo Henrique. **Processo Penal / Gustavo Henrique Badaró** - 4. ed. rev. atual e ampl. pp. 189 - São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2016.

<sup>4</sup> BADARÓ, Gustavo Henrique. **Processo Penal / Gustavo Henrique Badaró** - 4. ed. rev. atual e ampl. pp. 189 - São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2016.

elencar os tipos penais, inicia-se pelos crimes contra a pessoa (título I) e crimes contra a vida (capítulo I).

Está presente na alínea “d”, do inciso XXXVIII, do art. 5 da Constituição da República de 1988, a garantia ao Júri de sua competência para julgar os crimes contra a vida, além de estar presente no caput do art. 5, a inviolabilidade do direito à vida.

Assim, torna-se evidente o destaque que o legislador conferiu ao Júri. Além de criar um Tribunal próprio para crimes que atentem contra um dos mais importantes bens jurídicos (senão o mais importante), foi fixado um corpo de leigos para o seu julgamento, em uma manifesta tentativa de assegurar maior participação popular nesses julgamentos, uma vez que tais crimes levantam um considerável clamor popular.

Dessa forma, ao passo que a vida é direito inviolável e garantia fundamental, a Constituição estabeleceu que será a sociedade (representada pelos leigos que irão constituir o Júri) que julgará os crimes que violem este bem jurídico. O Ministro do Supremo Tribunal Federal, em um estudo realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, estabeleceu que “a Constituição de 1988 fez uma opção inequívoca pela vida enquanto bem jurídico mais valioso do Direito brasileiro”<sup>5</sup>.

Após o apanhado histórico e doutrinário sobre o Júri e sobre a execução provisória da pena, alcançando-se a atualidade, os esforços institucionais para obter mudanças nesses dois temas foram muitos na última década.

Diante disso, o presente trabalho tem sua relevância justificada no protagonismo que a execução provisória da pena ganhou na última década, e, mais do que isso, no porquê dar ao Júri um tratamento mais seletivo. Por si só, o Tribunal do Júri possui uma distinção notória na sociedade, pelos crimes que julga e pelo destaque legal que possui.

No primeiro capítulo, será remontada a origem do Tribunal do Júri no Brasil, e serão elencadas as principais características atuais do Tribunal, trazendo-se à discussão a análise de dados. Com isso, objetiva-se iniciar o muniamento para que se possa responder a cada pergunta.

---

<sup>5</sup> Extraído de: Diagnóstico das Ações Penais de Competência do Tribunal do Júri/ Conselho Nacional de Justiça – Brasília: CNJ, 2019. Disponível em: <https://bibliotecadigital.cnj.jus.br/jspui/handle/123456789/84> Acesso em 17/11/2020.

No segundo capítulo, o mesmo será feito com a execução da pena no Brasil. Deve-se contextualizar as origens dos procedimentos de execução das penas, passando-se pelas mudanças mais significativas, até que se reconstrua o cenário atual sobre o tema. Ainda, há de se somar ao debate dados qualitativos e quantitativos sobre o tema, de modo que seja dado prosseguimento ao municiamento, para que seja possível responder todas as perguntas.

No terceiro capítulo, as mudanças trazidas pela Lei em xequê serão analisadas. De início, há de se remontar as principais origens da política criminal brasileira, ressaltando-se as mais importantes mudanças sofridas no pensamento, até que se construa a conjuntura atual - esta que, ensejou a confecção da Lei e das mudanças em questão. Assim, deve-se alcançar um satisfatório embasamento, para que se responda cada uma das perguntas propostas.

No último capítulo, concluindo-se cada um dos anteriores, serão recapitulados os principais pontos abordados no trabalho, defendendo-se a tese de que, a execução provisória da pena, por si só, é inconstitucional; a seleção exclusiva dos crimes do Tribunal do júri para serem provisoriamente executados também é inconstitucional; a escolha legislativa feita não condiz com o ordenamento pátrio, mas também se distancia de um trabalho legislativo técnico e embasado, acerca das escolhas de política criminal para o Brasil.

## CAPÍTULO 01

A primeira vez em que o Tribunal do Júri apareceu no ordenamento jurídico brasileiro foi em 18 de junho de 1822. Àquela época, a sua competência foi delimitada para o julgamento dos crimes de imprensa. Em janeiro de 1822, o governador do Rio de Janeiro, através de uma portaria, ordenou a retirada de circulação de uma publicação denominada Heroicidade Brasileira.

Entretanto, naquele período, todas as publicações eram fiscalizadas pelo Imperador, o que veio a ensejar a criação da Lei de Imprensa no Brasil, decorrente de uma manifestação organizada por José Bonifácio. Assim, como a publicação não havia sido confiscada pelo Imperador, o governador requereu a Dom Pedro que fosse criado um Tribunal do Júri, para que se julgassem os excessos da imprensa, quando não censurados pelo Imperador. No início, era formado por 24 cidadãos bons, honrados, patriotas e inteligentes.

A Constituição Imperial de 1824 incorporou o Tribunal do Júri como um dos órgãos do Poder Judiciário, aumentando a sua competência para o julgamento de demandas penais e cíveis. As Constituições de 1891, em um Brasil já República, e 1934 também previam a instituição do Tribunal do Júri. Já a Carta Magna de 1937 não continha tal previsão, o que gerou opiniões controvertidas à época, de modo que, a Constituição de 1946 passou a prever novamente a existência do Tribunal, já dentre os direitos e garantias constitucionais.

Nesse diapasão, a Constituição de 1967 atribuiu a competência para os crimes dolosos contra a vida e salientou a Soberania dos veredictos. O art. 150, § 18, estabelecia que: “São mantidas a instituição e a soberania do Júri, que terá competência no julgamento dos crimes dolosos contra a vida”.

Já na Carta Magna de 1988, prevê a Instituição do Júri da seguinte forma:

Art. 5º, XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

- a) a plenitude de defesa;
- b) o sigilo das votações;
- c) a soberania dos veredictos;
- d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

Para o presente trabalho, torna-se necessário, em especial, salientar o Princípio da Soberania dos Veredictos, na medida em que, como se verá adiante, ele é justificador da alteração legislativa. Tal Princípio deve ser compreendido como a impossibilidade de outro órgão jurisdicional substituir a decisão dos jurados na causa<sup>6</sup>. Tal princípio não é, como os demais, absoluto.

Ademais, é imperioso destacar que tal Princípio deve funcionar como defensor da liberdade. Como bem salienta Gustavo Henrique Badaró<sup>7</sup>:

Também prevalece o entendimento de que a soberania dos veredictos não é violada quando o tribunal de justiça dá provimento a uma revisão criminal (CPP, art. 621), para alterar uma decisão do Tribunal do Júri (condenado pelo Júri e absolvido na revisão pelo tribunal), uma vez que tanto a revisão criminal (que é garantia constitucional implícita), quanto a soberania dos veredictos são garantias da liberdade, que deverá prevalecer sempre.

Dessa forma, como será demonstrado adiante, não há como justificar uma prisão antecipada, com base na validação da soberania dos veredictos, já que tal princípio deve funcionar *pro reo*, em favor da liberdade.

Acontece que é uma característica do Tribunal do Júri a baixa efetividade das leis penais aplicadas. O Conselho Nacional de Justiça promoveu alguns estudos sobre o Tribunal, dentre os quais, os mais recentes são o “Diagnóstico das ações penais de competência do Tribunal do Júri”<sup>8</sup>, de 2019, e a “Gestão processual no Tribunal do Júri”<sup>9</sup>, de 2020.

O diagnóstico concluiu que 32% dos casos têm como desfecho a extinção da punibilidade. Por certo, nem todas as hipóteses legais de extinção da punibilidade revelam uma ineficiência do poder estatal, mas é o que ocorre na maioria dos casos - a prescrição ocorre em 42% dos casos de extinção de punibilidade.

---

<sup>6</sup> BADARÓ, Gustavo Henrique. Processo Penal / Gustavo Henrique Badaró - 4. ed. rev. atual e ampl. pp. 655 - São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2016.

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Diagnóstico das Ações Penais de Competência do Tribunal do Júri/ Conselho Nacional de Justiça – Brasília: CNJ, 2019. Disponível em: <https://bibliotecadigital.cnj.jus.br/jspui/handle/123456789/84> Acesso em 20/11/2020.

<sup>9</sup> Gestão Processual no Tribunal do Júri. Brasília/DF: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Disponível em <https://bibliotecadigital.cnj.jus.br/jspui/handle/123456789/344> Acesso em 20/11/2020.

Ademais, na maioria dos casos, foi realizada mais de uma sessão de julgamento, e, apenas o tempo médio entre a primeira e última sessão é de cinco meses e meio. O tempo médio total dos julgamentos é de seis anos e um mês para os processos já baixados e seis anos e oito meses para os que ainda se encontravam no acervo. No Estado de São Paulo a média da duração do processo ultrapassa os doze anos. Ainda, 52% dos casos duraram quatro anos ou mais, sendo que 26% duraram oito anos ou mais. O estudo aponta que a redistribuição de processos e as múltiplas sessões ensejam uma demora maior nos casos.

O estudo da gestão processual, ainda na apresentação do projeto, já destaca sobre quais temas serão sugeridas modificações para se alcançar uma maior celeridade e efetividade nos processos. Nada consta no documento sobre a necessidade de se executar a pena provisoriamente:

Entre as propostas do anteprojeto, destacam-se a modificação do rito do Tribunal do Júri – consideradas as diferentes complexidades dos processos –, com diminuição do tempo dos debates e do número de jurados (para crimes tentados e de homicídio simples), a maior proteção jurídica e trabalhista dos jurados, o aperfeiçoamento da quesitação e a mais enfática afirmação do dever de lealdade e cooperação das partes nas sessões do Júri, medidas essas voltadas a simplificar e a acelerar, sempre que possível e sem prejuízo das garantias individuais do acusado, os processos da competência do Tribunal Popular.

Como exemplo de modificações, o documento cita a atualização dos endereços das testemunhas. Isso porque, geralmente, os endereços utilizados constam em inquéritos antigos, haja vista que a principal dilação temporal acontece, justamente, entre a data do crime e o início da instrução do processo. Dessa forma, as duas partes devem buscar conferir e atualizar, se necessário, o endereço das testemunhas que pretendem arrolar.

Nesse sentido, também é sugerido que se crie um cronograma de intimações:

Uma das principais medidas é criar um cronograma de intimações, a fim de que, antes da audiência, haja uma rotina na Vara para análise periódica acerca do êxito na intimação das testemunhas, a ponto de permitir que sejam realizadas novas tentativas de intimação das que não foram localizadas.

O estudo conclui que, quando ocorrem até duas sessões para julgamento, ambas as partes tendem a fazer alegações finais orais, e, conseqüentemente, há um maior estudo dos casos. São feitas diversas sugestões para otimizar o tempo dos julgamentos, tendo em vista que é esse “tempo morto” do processo, um dos principais culpados pela mora<sup>10</sup>. De um modo geral, as ideias buscam realizar pequenos ajustes em todo o procedimento, desde as intimações iniciais, passando pela sessão plenária até o fim do julgamento.

O Tribunal do Júri possui um nítido destaque na legislação pátria, e também é de suma importância do ponto de vista social: é um meio pelo qual a sociedade consegue se fazer, literalmente, presente no julgamento, e na qualidade de julgador, bem como assegura ao acusado um julgamento feito pelos seus pares.

Todavia, é possível sustentar que a morosidade que o afeta perpassa também por todo o sistema criminal brasileiro. Desse modo, há como se defender que não se justifica, de um ponto de vista político-criminal, um tratamento diferenciado, antecipando-se a execução da pena. Além disso, como se verá adiante, do ponto de vista jurídico, também não se enxerga possibilidade para a exceção à Presunção de Inocência, no que tangencia o julgamento feito pelo Júri.

---

<sup>10</sup> Disponível em: [https://www.conjur.com.br/2007-nov-17/processos\\_passam\\_95\\_tempo\\_cartorios\\_judiciais](https://www.conjur.com.br/2007-nov-17/processos_passam_95_tempo_cartorios_judiciais)  
Acesso em 24/11/2020.



## CAPÍTULO 02

Por certo, quando se discute a execução provisória da pena, se discute o Princípio da Presunção de Inocência. Tal Princípio encontra-se insculpido como garantia fundamental na Constituição Federal, no art. 5º, Inciso LVII:

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;<sup>11</sup>

A discussão interpretativa sobre a presunção de inocência, do ponto de vista da Constituição de 1988, alcançou o Supremo Tribunal Federal (apenas) em 2010. Foi no Habeas Corpus 84.078 que adotou-se o entendimento de que a prisão, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, poderia ser decretada apenas a título cautelar.

**EMENTA: HABEAS CORPUS. INCONSTITUCIONALIDADE DA CHAMADA “EXECUÇÃO ANTECIPADA DA PENA”. ART. 5º, LVII, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. ART. 1º, III, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL<sup>12</sup>.**

Naquela ocasião, já se fazia presente nos votos e debates dos Ministros uma preocupação com o alto número de presos, e em especial presos provisórios. Nesse sentido, o Ministro Gilmar Mendes, ao proferir seu voto, sustentou que:

Eu tenho dados decorrentes da atividade no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que são impressionantes. Apesar dessa inefetividade (da Justiça), o Brasil tem um índice bastante alto de presos. São 440 mil presos, dados de 2008, dos quais 189 mil são presos provisórios, muitos deles há mais de dois, mais de três anos, como se tem encontrado nesses mutirões do CNJ. E se nós formos olhar por estado, a situação é ainda mais grave. Nós vamos encontrar em alguns estados 80% dos presos nesse estágio provisório [prisão provisória]. Nos mutirões realizados pelo CNJ encontraram-se presos no estado Piauí que estavam há mais de três anos presos provisoriamente sem denúncia apresentada”, relatou ainda o ministro. No estado do Piauí há até uma singularidade. A Secretaria de Segurança do Estado concebeu um tal inquérito de capa preta, que significa que a Polícia diz para a Justiça que não deve soltar aquela pessoa. É um mundo de horrores a

<sup>11</sup> CRFB, 1988, Art. 5º, LVII.

<sup>12</sup> HC 84.078/MG, STF, plenário, Rel. Min. Eros Grau, j. 05/02/2020.

Justiça criminal brasileira. Muitas vezes com a conivência da Justiça e do Ministério Público.

Dos habeas corpus conhecidos no Tribunal, nós tivemos a concessão de 355. Isto significa mais de um terço dos habeas corpus. Depois de termos passado, portanto, por todas as instâncias – saindo do juiz de primeiro grau, passando pelos TRFs ou pelos Tribunais de Justiça, passando pelo STJ – nós temos esse índice de concessão de habeas corpus. Entre REs e AIs [agravos de instrumento] tratando de tema criminal, há 1.749, dos quais 300 interpostos pelo MP. Portanto, não é um número tão expressivo<sup>13</sup>.

O Supremo Tribunal Federal manteve, por mais de 20 anos, uma jurisprudência que aceitava a prisão antes do trânsito em julgado, apesar das diversas mudanças de composição pela qual a Corte passou. Dessa forma, é fundamental compreender o desenvolvimento do direito que sustentava esse precedente.

O atual Código de Processo Penal é datado de 1941. Foi produzido durante uma ditadura, em tempos em que o Congresso Nacional estava fechado. Francisco Campos, Ministro da Justiça do então governo provisório, foi seu principal redator. No código, reproduziu assumidas inspirações fascistas.

Francisco Luís da Silva Campos (1891-1968) “consolidou-se como um dos mais importantes ideólogos da direita no Brasil, aprofundando suas convicções antiliberais e passando a defender explicitamente a ditadura como o regime político mais apropriado à sociedade de massas, que então se configurava no país (...)”<sup>14</sup>. No que concerne ao Código Penal, Evandro Lins e Silva o avaliou como “muito severo e reacionário”<sup>15</sup>.

<sup>13</sup> Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=102869> Acesso em 12/11/2020.

<sup>14</sup> “(...) Nesse sentido, tornou-se um dos elementos centrais, junto com Vargas e a cúpula das Forças Armadas, dos preparativos que levariam à ditadura do Estado Novo, instalada por um golpe de estado decretado em novembro de 1937. Nomeado ministro da Justiça dias antes do golpe, foi, então, encarregado por Vargas de elaborar a nova Constituição do país, marcada por características corporativistas e pela proeminência do poder central sobre os estados e do Poder Executivo sobre o Legislativo e o Judiciário. O período do Estado Novo foi marcado ainda pelo forte clima repressivo e pelas frequentes violações aos direitos individuais.” (...) “Em 1964, participou das conspirações contra o governo do presidente João Goulart. Após a implantação do regime militar, voltou a colaborar na montagem de um arcabouço institucional autoritário para o país, participando da elaboração dos dois primeiros Atos Institucionais baixados pelo novo regime (AI-1 e AI-2) e enviando sugestões para a elaboração da Constituição de 1967”. Disponível em

[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/francisco\\_campos](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/francisco_campos). Acesso em 12/11/2020. Sobre o tema, veja-se ainda MALAN, Diogo: *Ideologia política de Francisco Campos: influência na legislação processual brasileira (1937-1941)*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

<sup>15</sup> SILVA, Evandro Lins e, 1912 - O salão dos passos perdidos: depoimento ao CPDOC I Evandro Lins e Silva; entrevistas e notas, Marly Motta, Verena Alberti ; edição de texto, Dora Rocha - Rio de Janeiro : Nova Fronteira : &1. FOV, 1997; pp. 202.

A exposição de motivos do CPP de 1941, no que concerne às liberdades individuais, reflete de maneira manifesta qual método se destinava a aplicar ao Princípio da Presunção de Inocência:

É restringida a aplicação do *in dubio pro reo*. É ampliada a noção do flagrante delito, para o efeito da prisão provisória. **A decretação da prisão preventiva, que, em certos casos, deixa de ser uma faculdade, para ser um dever imposto ao juiz**, adquire a suficiente elasticidade para tornar-se medida plenamente assecuratória da efetivação da justiça penal”.<sup>16</sup> (sem grifos no original).

Existiam hipóteses nas quais a prisão aconteceria antes de uma sentença transitada em julgado, e sem a necessidade de fundamentação que embasasse a prisão. Eram sobre essas hipóteses sobre os quais Francisco Campos se referia, no que concerne “um dever imposto ao juiz”. Seriam espécies de “prisão automática”:

Art. 393. São efeitos da sentença condenatória recorrível: I - ser o réu preso ou conservado na prisão, assim nas infrações inafiançáveis, como nas afiançáveis enquanto não prestar fiança.<sup>17</sup>;

Art. 408. Se o juiz se convencer da existência do crime e de indícios de que o réu seja o seu autor, pronunciá-lo-á, dando os motivos do seu convencimento. § 1º Na sentença de pronúncia o juiz declarará o dispositivo legal em cuja sanção julgar incurso o réu, mandará lançar-lhe o nome no rol dos culpados, recomendá-lo-á, na prisão em que se achar, ou expedirá as ordens necessárias para a sua captura.<sup>18</sup>;

Sobre esse artigo, foi acrescentado um §2º, que permitia que o juiz deixasse de decretar a prisão ou revogá-la, caso o réu fosse primário e de bons antecedentes (Lei 5.941/73). Em 1992, a expressão “mandará lançar-lhe o nome no rol dos culpados” foi declarada inconstitucional pelo STF no Habeas Corpus 69.696, julgado pelo Pleno, e posteriormente revogada pela Lei 9.033/1995. Por fim, a prisão decorrente de pronúncia foi definitivamente revogada pela Lei 11.689/2008.

Art. 594. O réu não poderá apelar sem recolher-se à prisão, ou prestar fiança, salvo se condenado por crime de que se livre solto.<sup>19</sup>

<sup>16</sup> Disponível em [http://honoriscausa.weebly.com/uploads/1/7/4/2/17427811/exmcpp\\_processo\\_penal.pdf](http://honoriscausa.weebly.com/uploads/1/7/4/2/17427811/exmcpp_processo_penal.pdf). Acesso em 12 de novembro de 2020.

<sup>17</sup> Artigo revogado pela Lei 12.403/2011.

<sup>18</sup> Artigo revogado pela Lei 11.689/2008.

<sup>19</sup> Artigo revogado pela Lei 11.719/2008.

Este artigo foi modificado pela Lei 5941/73, acrescentando-se ao seu final a expressão “salvo se for primário e de bons antecedentes, assim reconhecido na sentença condenatória, ou condenado por crime de que se livre solto”. O dispositivo foi definitivamente revogado em 2008, pela Lei 11.719/2008.

Inicialmente, firmou-se no STF o entendimento de que tais dispositivos eram compatíveis com a Constituição<sup>20</sup>. Logo após a promulgação da Constituição de 1988, os julgados iniciais entendiam ser compatíveis com o Princípio da Presunção de Inocência, as prisões sem fundamentação cautelar.

Assim, as “prisões automáticas” foram sendo reconhecidas como constitucionais pelo Plenário do Supremo. Admitiu-se a prisão decorrente de acórdão condenatório, sem fundamentação cautelar<sup>21</sup>. Admitiu-se também a prisão decorrente de pronúncia, sem fundamentação cautelar<sup>22</sup>, e, de igual modo, a prisão decorrente apenas de sentença condenatória, sem a necessidade de fundamentação cautelar<sup>23</sup>.

Após o período inicial, o STF manteve pelos anos seguintes o mesmo posicionamento<sup>24</sup>, ressalvadas as posições de alguns Ministros, como é o caso do Ministro Marco Aurélio, no Habeas Corpus 79.376, e do Ministro Sepúlveda Pertence, no Habeas Corpus 75.233.

Nesse diapasão, é válido apontar que, apesar da alteração da composição da Corte, o entendimento não foi modificado. Inclusive, tal fato foi apontado pelo Ministro Sepúlveda Pertence:

Em 13.09.95, o Plenário do Supremo Tribunal afirmou a subsistência do art. 594 C. Pr. Pen., não apenas ao art. 5º, LVII, da Constituição, mas também ao Pacto de São José (HC 72366, Néri da Silveira, RTJ 71/857). Certo, a decisão foi tomada contra cinco votos, incluindo o meu. Malgrado a sucessão havida do em. Ministro Octávio Gallotti –

---

<sup>20</sup> **HC 67.245**, 2ª Turma, Relator Min. Aldir Passarinho, Julgamento em 28/03/1989; **HC 67.707**, 1ª Turma, Relator Min. Celso de Mello, Julgamento em 07/11/1989; **RHC 67.857**, 2ª Turma, Relator Min. Carlos Madeira, Julgamento em 19/06/1990. Estes julgados, os primeiros após a promulgação da nova Constituição de 1988, estabeleceram como possíveis as prisões sem fundamentação cautelar.

<sup>21</sup> **HC 68.726**, Tribunal Pleno, Relator Min. Néri da Silveira, Julgado em 28/06/1991.

<sup>22</sup> **HC 69.696**, Tribunal Pleno, Relator Min. Celso de Mello, Julgamento em 18/12/1992.

<sup>23</sup> **HC 72.366**, Tribunal Pleno, Relator Min. Néri da Silveira, Julgamento em 13/09/1995.

<sup>24</sup> **HC 75048**, STF, 2ª Turma, Relator Min. Marco Aurélio, Julgamento em 02/09/1997, **HC 76.747**, STF, 2ª Turma, Relator Min. Carlos Velloso, Julgamento em 14/04/1998 e **HC 79.376**, STF, 2ª Turma, Relator Min. Celso de Mello, Julgamento em 24/09/2002 e **HC 75233**, STF, 1ª Turma, Relator Min. Moreira Alves, Julgamento em 23/09/1997.

que se situou entre os vencedores – pela em. Ministra Ellen Gracie, não me anima o caso à proposta de rediscussão do tema<sup>25</sup>.

No entanto, algumas mudanças significativas foram feitas na legislação penal, a partir de 2008. Duas leis foram editadas neste ano, as leis 11.689/08 e 11.719/08, que revogaram, respectivamente, a prisão decorrente de pronúncia (art. 408, 1º, CPP) e a necessidade de prisão para apelar (art. 594, CPP). Nesse caminho, em 2010, o Supremo Tribunal Federal julgou o Habeas Corpus 84.078/MG.

Em sequência, em 2011, o Congresso Nacional aprovou a lei 12.403/2011, que revogou a prisão decorrente de sentença condenatória e concedeu nova redação ao art. 283 do CPP, cristalizando ainda mais a nova direção dos entendimentos conexos, firmados pelo STF e pelo legislativo.

O novo texto proibia qualquer prisão decorrente de uma condenação não definitiva, salvo os casos em que houvesse fundamentação cautelar, vedando-se, com isso, qualquer prisão oriunda de decisão não transitada em julgado.

É possível deduzir, nesse sentido, que houve um diálogo institucional entre os poderes, já que, em 2008, o Congresso mudou a lei, e, em seguida, o Supremo alterou seu entendimento em 2010, e após isso, o legislador seguiu dando continuidade às mudanças em 2011.

Após 13 anos, desde a promulgação da Carta cidadã, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal produziram esforços na mesma direção, para materializar, por meio de um diálogo institucional entre os Poderes, o Princípio da presunção de inocência, vedando a execução provisória da pena.

Entretanto, nos primeiros meses de 2016, o STF revisitou o tema, revendo seu posicionamento no Habeas Corpus 126.292/SP:

**EMENTA: CONSTITUCIONAL. HABEAS CORPUS. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA (CF, ART. 5º, LVII). SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA CONFIRMADA POR TRIBUNAL DE SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. POSSIBILIDADE. 1. A execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que**

---

<sup>25</sup> No **HC 80.904**, STF, 1ª Turma, julgado em 05/03/2002, Relator Ministro Sepúlveda Pertence.

sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal. 2. Habeas corpus denegado<sup>26</sup>.

É possível sustentar que a Operação Lava-jato teve um elevado grau de influência sobre essa decisão. Esse conjunto de ações da Polícia Federal teve início em 2014, e é tida pelo Ministério Público Federal como “a maior iniciativa de combate a corrupção e lavagem de dinheiro da história do Brasil”<sup>27</sup>.

À medida que a operação investigava atores políticos detentores de foro especial por prerrogativa de função (ou seja, a competência para julgar tais agentes é outra, em virtude das funções que ocupam), certos agentes persecutores levantaram uma preocupação no que concerne à prescrição. Segundo Deltan Dallagnol, “uma das razões para a impunidade é a prescrição”<sup>28</sup>. Existia uma crença de que, ao alcançarem os Tribunais Superiores (STJ e STF), os casos levavam muito tempo para o julgamento, e isso provocava a prescrição dos mesmos<sup>29</sup>. O ex-juiz Sérgio Moro, à época à frente dos casos da Operação com sede em Curitiba, também manifestou seu posicionamento a favor da prisão após a 2ª instância<sup>30</sup>.

Por outro lado, tal julgamento provocou imediata reação de setores da sociedade jurídica, que ajuizaram três Ações Declaratórias de Constitucionalidade, que visavam obter uma decisão que julgasse o artigo 283, do CPP, constitucional. Acontece que, entre 1988 e 2008, o Supremo, quando visitava o tema da execução provisória, revisitou, na verdade, seus próprios julgados e sua própria jurisprudência. Todavia, com as mudanças legislativas, agora a Corte necessitava adequar seu posicionamento às escolhas legislativas feitas pelo Congresso.

<sup>26</sup> HC 126.292/SP, STF, Plenário, Relator Ministro Teori Zavascki, julgado em 17/02/2016.

<sup>27</sup> Disponível em <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>. Acesso em 12/11/2020.

<sup>28</sup> Disponível em <https://jovempan.com.br/programas/uma-das-razoes-da-impunidade-e-prescricao-destaca-deltan-dallagnol.html> Acesso em 12/11/2020.

<sup>29</sup> Nesse sentido, “Esse tempo é um dos argumentos que estão em jogo diante da decisão da Suprema Corte de reavaliar, em julgamento nesta quinta-feira (17), a prisão de condenados após decisão de segunda instância — bandeira da Lava-Jato que, dependendo da mudança, pode beneficiar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Defensores das prisões nesses casos — antes de serem esgotadas as possibilidades de recursos — avaliam que eventual alteração de entendimento pelo STF pode levar à impunidade diante da demora do Judiciário”.

Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/10/maioria-dos-recursos-apos-segunda-instancia-e-julga-da-em-ate-um-ano-no-stj-e-no-stf-ck1tje1c6012l01muumid5zec.html> Acesso em 13/11/2020.

<sup>30</sup> Disponível em <http://enccla.camara.leg.br/noticias/sergio-moro-defende-prisao-para-condenados-em-segunda-instancia> Acesso em 15/11/2020.

Dessa forma, foi sustentado que tal decisão não era condizente com a escolha legislativa. Não por acaso, foi com o intuito de reafirmar a constitucionalidade do artigo 283, que as ADCs 43 e 44, e posteriormente a 54, foram ajuizadas. Em outubro de 2016, houve o julgamento cautelar das ações, e, na ocasião, o entendimento firmado no HC 126.292/SP foi mantido.

O Ministro Edson Fachin, dentre o período dos julgamentos dessas Ações, chegou a relatar que “não seria uma catástrofe”<sup>31</sup> para a Lava-jato, caso o STF vedasse à execução provisória da pena, após a 2ª instância. Isso demonstra, novamente, a relevância da operação para o julgamento.

Em um curto período de tempo, alguns Ministros mudaram de posicionamento sobre o tema, e, coincidentemente ou não, a Operação Lava-jato e seus apoiadores defendiam a prisão após a 2ª instância perante o STF.

Após 3 anos, em 2019, a Corte retomou o julgamento, dessa vez analisando o mérito, e firmou o entendimento, em sede de Ação de Controle Concentrado, de que:

**PENA – EXECUÇÃO PROVISÓRIA – IMPOSSIBILIDADE – PRINCÍPIO DA NÃO CULPABILIDADE. Surge constitucional o artigo 283 do Código de Processo Penal, a condicionar o início do cumprimento da pena ao trânsito em julgado da sentença penal condenatória, considerado o alcance da garantia versada no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, no que direciona a apurar para, selada a culpa em virtude de título precluso na via da recorribilidade, prender, em execução da sanção, a qual não admite forma provisória. (Sem grifos no original)**<sup>32</sup>.

No julgamento, diversos atores interessados apresentaram dados empíricos sobre a antecipação da pena. Como exemplo, torna-se elucidativo trazer a pesquisa encomendada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para ensejar a confecção de política pública na área da justiça (o destinatário da pesquisa era o Ministério da Justiça - MJ), realizada pela FGV Direito Rio, sob a coordenação do Professor Thiago Bottino, que evidenciou uma alta taxa de reversão das decisões dos tribunais de 2ª instância em sede de *habeas corpus*.

---

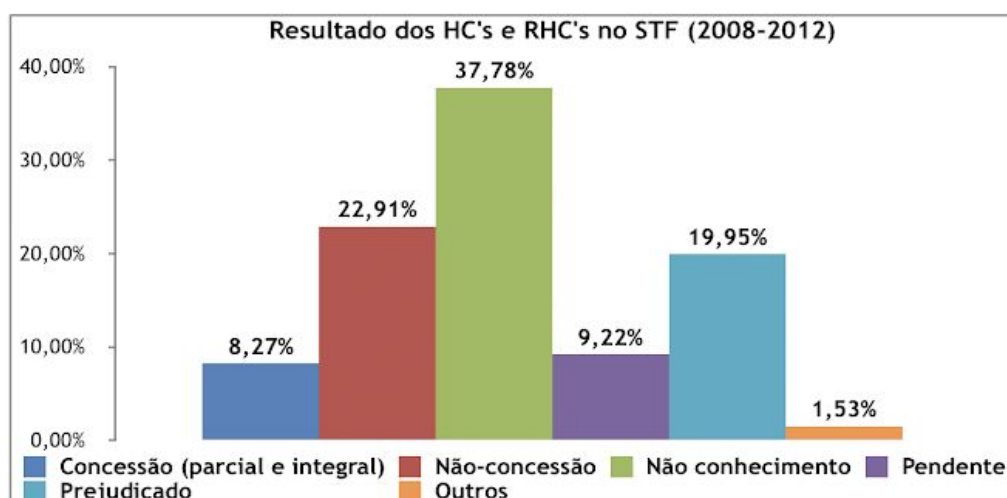
<sup>31</sup> Disponível em

<https://veja.abril.com.br/politica/nao-seria-uma-catastrofe-diz-fachin-sobre-veto-a-prisao-em-2a-instancia/>  
Acesso em 12/11/2020.

<sup>32</sup> ADCs 43, 44 e 54. STF, Plenário, Relator Ministro Marco Aurélio, Julgado em 07/11/2019.

A pesquisa foi apresentada em um Amicus Curiae<sup>33</sup> ajuizado pelo IBCCRIM, em parceria com o Núcleo de Prática Jurídica da FGV DIREITO RIO. Além dos dados trazidos pela pesquisa sobre os Habeas Corpus em Cortes Superiores<sup>34</sup>, os autores também produziram dados exclusivos para o julgamento.

Como exemplo dos dados apresentados, é crucial apontar que no período de 2008-2012, a pesquisa indicou o percentual de 8,27% de taxa de sucesso (consideradas concessão integral e parcial) no STF e de 27,86% no STJ.



Foi possível constatar, através dos dados apresentados pela pesquisa, uma elevada taxa de sucesso das impetrações no STJ. Isso indica uma alta taxa de reversão dos Acórdãos proferidos em tribunais de 2ª instância. Ademais, a diferença na taxa de sucesso entre o STJ e o STF evidencia que a primeira Corte resguarda a segunda de um número ainda maior de casos. Primeiro, leva-se a decisão ao STJ, para só depois, se for essa a hipótese, levar ao STF. Assim, esses 8% de casos que obtêm sucesso no STF, são residuais daqueles que chegaram ao STJ.

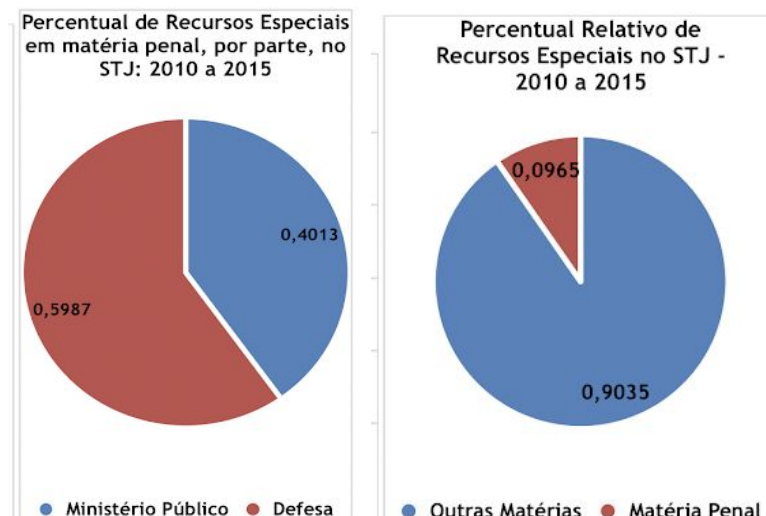
Além disso, outro dado relevante a ser apontado é a fração dos Recursos Especiais que trata de matéria penal. Entre 2010 e 2015, apenas 9,65% desses recursos versavam sobre direito penal. Nesse sentido, não se pode atribuir aos casos penais o enorme congestionamento de casos que alcançam o Superior Tribunal de Justiça.

<sup>33</sup> Disponível em

<https://wp.ibccrim.org.br/docs/atuacaotribunais/ad43-e-44-memoriais-de-amicus-curiae-ibccrim/> Acesso em 13/11/2020.

<sup>34</sup> Disponível em <https://direitorio.fgv.br/projetos/habeas-corpus-nos-tribunais-superiores> Acesso em 13/11/2020.





Ademais, torna-se válido apontar também que, entre 2010 e 2015, tanto defesa quanto acusação interpuseram seus recursos em proporções semelhantes, sendo 59,87% atribuídos às defesas, e pelo Ministério Público, 40,13%.

Outro dado que possui alta relevância para o debate, é o fato de que a Defensoria Pública supera os advogados em casos que são revistos pelo STJ e STF. Essa é a conclusão do estudo apresentado pela “Folha”<sup>35</sup>. De acordo com o levantamento, a Defensoria possui um êxito que alcança os 48% com os recursos que interpõe, enquanto que os advogados particulares possuem 23%.

Diante desse cenário, é possível constatar que existe uma alta taxa de reversão dos casos levados ao STJ, e que, ainda assim, resta uma porcentagem considerável de casos revistos no STF. Isso revela que a execução provisória afetaria um número elevado de casos, desconsiderando o fato de que a taxa de reversão das decisões de 2ª instância, perante as cortes Superiores, é alta.

Soma-se a isso, também, o fato de que menos de 10% dos casos tratam de Matéria Penal, não podendo, dessa forma, ser atribuído aos casos criminais o alto congestionamento de casos nas Cortes Superiores. Ainda, o Ministério Público faz uso dos recursos em uma proporção muito próxima a da defesa, o que revela que os recursos perante as Cortes Superiores não são meios utilizados pelas defesas para protelar os casos.

Por fim, a Defensoria Pública obtém êxito com a interposição de seus recursos perante o STJ e o STF em quantidade superior a dos advogados particulares, o que evidencia que as

<sup>35</sup> Disponível em

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/defensoria-publica-supera-advogados-particulares-em-casos-revistos-por-stj-e-stf.shtml> Acesso em 14/11/2020.

camadas mais humildes da sociedade seriam, por certo, relevantemente afetadas pela execução antecipada da pena. Nesse sentido, segundo o levantamento da revista “Folha”:

Em sessões anteriores, ministros que defendem o início antecipado da pena, como Luís Roberto Barroso, afirmaram que a prisão após o trânsito em julgado beneficia majoritariamente os réus ricos, que têm condições de arcar com bons advogados e recorrer aos tribunais superiores. A Defensoria Pública contesta essa visão e afirma que os mais prejudicados com a prisão após segunda instância são os mais pobres, que compõem a maior parte da população carcerária do país, hoje em cerca de 800 mil pessoas<sup>36</sup>.

O Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo, que triplicou de tamanho desde 2000<sup>37</sup>. Ao mesmo tempo, a taxa de homicídios saltou de 27/100.000 habitantes, para 32,6 em 2017<sup>38</sup>. Correlação não implica necessariamente em causalidade, entretanto, como se verá no próximo capítulo, os esforços legislativos que visam combater a violência carecem de estudos técnicos, e caem no fenômeno do populismo penal para tentar solucionar o problema.

---

<sup>36</sup> Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/defensoria-publica-supera-advogados-particulares-em-casos-revistos-por-stj-e-stf.shtml> Acesso em 14/11/2020.

<sup>37</sup> Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/populacao-carceraria-triplica-brasil-2019/> Acesso em 14/11/2020.

<sup>38</sup> Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/20> Acesso em 14/11/2020.

### CAPÍTULO 03

O “pacote anticrime”, como ficou conhecida a Lei 13.497/2019, trouxe mudanças em todas as fases do processo penal, provocando alterações no Código Penal, no Código de Processo Penal e também na Lei de Execução Penal. A iniciativa partiu do então Ministro da Justiça Sérgio Moro, durante o tempo em que permaneceu no Ministério, à indicação do Presidente Jair Bolsonaro.

A Lei nº 13.964/2019 teve como base o Projeto de Lei nº 10.372/2018 e o Projeto de Lei nº 882/2019. Este último, com a exposição de motivos citada acima, já previa alterações legais para aumentar a “efetividade” das decisões do Tribunal do Júri, estabelecendo a execução provisória da pena privativa de liberdade a que o réu for condenado, sem menção ao *quantum* mínimo da pena.

Acontece que, no dia 4/12/2019, o deputado Relator de Plenário alterou a redação original, para incluir a exigência de pena igual ou superior a quinze anos de reclusão, para que se execute provisoriamente a prisão após a condenação pelo Júri. Fato curioso é o de que para tal mudança, não consta justificativa no histórico de tramitação do projeto. Além disso, também não há registro de justificativa feita verbalmente<sup>39</sup>. De todo modo, antes desta última mudança, a proposta inicial já previa a execução provisória da pena, após a condenação, independentemente do *quantum* atribuído à pena.

Nas exposições de motivos, que ensejam as mudanças propostas, no que tangencia o objeto do presente estudo, é sustentado que as alterações são justificadas por meio da “soberania dos veredictos do Tribunal do Júri” e a “usual gravidade em concreto dos crimes por ele julgados e que justificam um tratamento diferenciado”.

“Os arts. 421, 492 e 584, na sua nova redação, dizem respeito à prisão nos processos criminais da competência do Tribunal do Júri. **A justificativa baseia-se na soberania dos veredictos do Tribunal do Júri e a usual gravidade em concreto dos crimes por ele julgados e que justificam um tratamento diferenciado.** Na verdade, está se colocando na lei processual penal o decidido em julgamentos do Supremo Tribunal Federal que, por duas vezes, admitiu a execução imediata do veredicto, tendo em conta que a decisão do Tribunal do

---

<sup>39</sup> Nesse sentido, tais informações encontram-se também disponíveis em: [http://www.mpf.mp.br/pg/documentos/copy\\_of\\_2CCR\\_Coletanea\\_Artigos\\_FINAL.pdf](http://www.mpf.mp.br/pg/documentos/copy_of_2CCR_Coletanea_Artigos_FINAL.pdf) pp. 428, Acesso em 15/11/2020.

Júri é soberana, não podendo o Tribunal de Justiça substituí-la (STF, HC nº 118.770/SP, Rel. Ministro Marco Aurélio, Rel. para o Acórdão Ministro Luís Barroso, j. 7/3/2017 e HC nº 140.449/RJ, Relator Ministro Marco Aurélio, Relator para o Acórdão Ministro Luís Barroso, j. 6/11/2018). (...). O tema já foi amplamente debatido no cenário jurídico nacional e é do conhecimento, inclusive, da população.

**Recente pesquisa junto à coletividade, revelou que “79,4% dos eleitores querem que o Congresso Nacional aprove uma lei autorizando a prisão dos criminosos condenados em segundo grau, como o chefe da ORCRIM”** (Disponível em: <https://www.oantagonista.com/brasil/crusoe-794-apoiamprisao-em-segunda-instancia/>. Acesso em 12/1/2019).

**Muito embora seja possível, em um primeiro momento, considerar a regra constitucional como sendo de garantia do trânsito em julgado, a melhor interpretação é a de que a presunção de inocência não impede a execução de uma condenação criminal na pendência de recursos aos Tribunais Superiores. Com efeito, a presunção de inocência acima de tudo é uma regra de prova. Não se pode condenar criminalmente qualquer pessoa sem prova categórica de sua responsabilidade. Na verdade, ela não tem qualquer relação com efeitos de recursos, cabíveis apenas após o julgamento no qual as provas são avaliadas. Ela opera antes do julgamento e não depois. E não se olvide que esta é a regra adotada em outros países, entre outros o Canadá, Inglaterra, Estados Unidos, França, Alemanha, Portugal e Argentina, conforme exteriorizado no voto do Ministro Teori Zavascki, relator do HC 126.292 (<https://paulomonteiro1954.blogspot.com/2016/03/hc-126292-do-stf-o-historico-voto-do.html>. Acesso em 14/1/2019). Finalmente, registre-se que entender-se o contrário significa admitir que uma decisão criminal condenatória tenha sua execução retardada por cerca de 15 anos, o que é inaceitável. Não deve ser adotada a interpretação que leve ao absurdo<sup>40</sup>. (Sem grifos no original).**

É possível deduzir, a partir de uma análise dos motivos expostos, que a escolha do Tribunal do Júri, para que se execute provisoriamente a pena, na verdade, foi uma tentativa legislativa de “desviar” das recentes jurisprudências firmadas pelo STF, apostando que, de acordo com os julgados citados, para o Júri, haverá uma exceção.

Contudo, o HC 140.449/RJ possui fundamentação nos julgados que, à época, permitiam a execução provisória. Dessa forma, tal fundamentação tornou-se ultrapassada, na medida em que os julgamentos que a sustentam foram superados pelas ADCs 43, 44 e 54, que, inclusive, possuem efeito erga omnes. A ementa restou assim estabelecida:

---

<sup>40</sup> Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1712088&filename=PL+882/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1712088&filename=PL+882/2019)  
Acesso em 16/11/2020.

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE AGRAVO REGIMENTAL. DUAS TENTATIVAS DE HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. POSSIBILIDADE .INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.

1. Não se admite a impetração de habeas corpus em substituição ao agravo regimental.
2. A orientação firmada pelo Plenário do STF, no julgamento do HC 126.292 e do ARE 964.246-RG, ambos da relatoria do Min. Teori Zavascki, é no sentido de que a execução provisória da pena não compromete o princípio da presunção de inocência. Ademais, o julgamento condenatório em segundo grau de jurisdição impõe a prisão preventiva como medida de garantia da ordem pública.
3. Habeas corpus não conhecido, revogada a liminar<sup>41</sup>.

Já o outro caso citado, o Habeas Corpus 118.770 teve a seguinte ementa:

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E PENAL. HABEAS CORPUS. DUPLO HOMICÍDIO, AMBOS QUALIFICADOS. CONDENAÇÃO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. SOBERANIA DOS VEREDICTOS. INÍCIO DO CUMPRIMENTO DA PENA. POSSIBILIDADE.

1. A Constituição Federal prevê a competência do Tribunal do Júri para o julgamento de crimes dolosos contra a vida (art. 5º, inciso XXXVIII, d). Prevê, ademais, a soberania dos veredictos (art. 5º, inciso XXXVIII, c), a significar que os tribunais não podem substituir a decisão proferida pelo júri popular.
- 2. Diante disso, não viola o princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade a execução da condenação pelo Tribunal do Júri, independentemente do julgamento da apelação ou de qualquer outro recurso.** Essa decisão está em consonância com a lógica do precedente firmado em repercussão geral no ARE 964.246-RG, Rel. Min. Teori Zavascki, já que, também no caso de decisão do Júri, o Tribunal não poderá reapreciar os fatos e provas, na medida em que a responsabilidade penal do réu já foi assentada soberanamente pelo Júri.
- 3. Caso haja fortes indícios de nulidade ou de condenação manifestamente contrária à prova dos autos, hipóteses incomuns, o Tribunal poderá suspender a execução da decisão até o julgamento do recurso.**
4. Habeas corpus não conhecido, ante a inadequação da via eleita. Não concessão da ordem de ofício. Tese de julgamento: **“A prisão de réu condenado por decisão do Tribunal do Júri, ainda que sujeita a**

<sup>41</sup> STF, HC nº 140.449/RJ, Relator Ministro Marco Aurélio, Relator para o Acórdão Ministro Luís Barroso, j. 6/11/2018

**recurso, não viola o princípio constitucional da presunção de inocência ou não-culpabilidade.”<sup>42</sup>** (Sem grifos no original).

Do ponto de vista jurídico, há de se discutir que, consoante o dispositivo constitucional acerca da Presunção de Inocência, somado ao dispositivo legal, insculpido no art. 283, do CPP - já declarado constitucional, com efeitos *erga omnes* pelo STF - não há espaço no ordenamento jurídico brasileiro para uma norma que prevê a execução antecipada da pena, quaisquer que sejam suas condições.

Como já exposto, os recursos interpostos perante os tribunais superiores são utilizados em proporções semelhantes, tanto pela acusação quanto pela defesa. Logo, não se pode dizer que tais recursos são instrumentos defensivos protelatórios. Aliás, estudos demonstram que esses recursos possuem tempo médio de julgamento de um ano<sup>43</sup>.

Além disso, há um discurso favorável à execução antecipada, que caminha no sentido de atestar que a Presunção de Inocência também é uma questão probatória, e que a análise probatória se esgota na 2ª instância. Não por acaso, na exposição de motivos do “pacote anticrime”, o ex-Juiz Sérgio Moro cita que a avaliação da Presunção de Inocência é uma análise de prova.

O STJ e o STF analisam, como instâncias recursais, apenas matérias de direito. Todavia, matérias de direito podem influenciar diretamente na execução da pena - como nos casos de discussão sobre fixação de regime inicial, progressão de regime, dentre outros temas de dosimetria e outros temas de matéria penal. Ainda, nulidades, como outro exemplo, são discutidas como matérias de direito, e podem, conseqüentemente, anular os julgamentos. Tornaria-se anacrônico executar a pena de um julgamento anulado. Soma-se a isso o fato de que um elevado número de casos são revistos nas instâncias superiores, tanto no STJ, quanto no STF. No Brasil, inexiste um cenário no qual os Tribunais Estaduais possuem uma harmonia na aplicação das leis e da Constituição, pois, se assim fosse, o grau de reversão das decisões levadas à Brasília (STJ e STF) seria baixo.

Ao se analisar a tese do julgamento dos casos citados na exposição de motivos, é possível apontar que, em primeiro lugar, a Soberania dos Veredictos não implica direta e imediatamente em prisão, caso o veredicto seja “condenado”. Isso porque, um indivíduo pode

---

<sup>42</sup> STF, HC nº 118.770/SP, Rel. Ministro Marco Aurélio, Rel. para o Acórdão Ministro Luis Barroso, j. 7/3/2017

<sup>43</sup> Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/maioria-dos-recursos-apos-2a-instancia-e-julgada-em-ate-1-an-no-stj-e-no-supremo.shtml> Acesso em 15/11/2020.

ser considerado condenado, mas, ao mesmo tempo, pode ter reconhecida extinta a sua punibilidade por diversas hipóteses.

Ainda, em sede de recurso, sem discutir-se prova alguma, há espaço para controvérsias sobre dosimetria da pena e nulidades, dentre outros tópicos próprios de direito. Em suma, mesmo diante de um veredicto condenatório, ainda restam diversos cenários nos quais a prisão se demonstraria ser precipitada - caso o indivíduo sequer tenha de ser preso, ou ainda que a condenação esteja sedimentada, ainda há de se aguardar uma definição irreversível acerca de outras questões jurídicas.

Ademais, o Princípio da Soberania dos veredictos do Júri não deveria ser utilizado em desfavor do indivíduo. Isto é, uma garantia fundamental não deveria ser utilizada de maneira prejudicial ao réu, para ensejar uma execução antecipada da pena. Por certo, há de se garantir que o veredicto seja respeitado e, como acontece, pela lei, uma decisão dos jurados manifestamente contrária aos autos não acarreta a reforma da decisão, mas sim, a anulação do julgamento e a instauração de um novo. Ou seja, não se altera o veredicto, mas, no limite, anula-se-o. Todavia, um veredicto condenatório atesta tão somente isso: a inocência ou culpa do acusado, e a incidência de circunstâncias que aumentam ou diminuem a pena. Logo, o veredicto não diz respeito a nada relacionado à execução da pena.

A partir disso, partir para a privação da liberdade em caráter condenatório torna-se um descompasso com a legislação constitucional e legal, e esgarça o próprio Princípio da Soberania dos veredictos, para nele incluir um efeito que foge do seu escopo.

É possível acrescentar também que, diante de um exame de proporcionalidade, ao se verificar a colisão entre os Princípios da Presunção de Inocência, Efetividade da Lei Penal e Soberania dos veredictos, a imediata prisão decorrente da condenação revela-se ser desproporcional. Isso porque, diversas são as medidas possíveis de serem tomadas para produzir uma maior eficiência na aplicação da Lei Penal que não sejam prender o réu. Como apontado no capítulo sobre o Tribunal do Júri, os estudos realizados apontam para soluções de gestão dos julgamentos, para encurtar o tempo de julgamento.

Além do mais, torna-se necessário trazer ao debate dados coletados por André Mendes, em sua tese de Doutorado<sup>44</sup> - Por que o legislador quer aumentar penas? Populismo penal legislativo na Câmara dos Deputados - acerca do processo legislativo envolvendo matéria

---

<sup>44</sup> Mendes, André Pacheco Teixeira Por que o legislador quer aumentar penas? Populismo penal legislativo na Câmara dos Deputados - Análise das justificativas das proposições legislativas no período de 2006 a 2014 / André Pacheco Teixeira Mendes; orientador: José Maria Gómez. - Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Direito, 2015.

penal. De acordo com o estudo, 64%<sup>45</sup> das propostas legislativas analisadas não fizeram nenhuma menção, em suas exposições de motivos, de “quaisquer referências extrapenais a dados, estudos e estatísticas relacionadas à norma que pretende alterar. Isso confirma o processo de desestatisticalização do populismo penal, a ausência do conhecimento técnico e a supremacia do senso comum”<sup>46</sup>.

Além disso, uma das conclusões do estudo revelou que o legislador brasileiro está inscrito na cultura punitivista - que é definida pelo autor como um fenômeno, que engloba um conjunto de práticas que promovem e almejam o endurecimento das leis penais, afetando-se as instituições que compõem o sistema criminal.

Desse modo, há de se concluir que, a alteração legislativa em questão pode ser entendida como fruto dessa cultura punitivista. A ausência de estudos e dados relacionados ao que se quis alterar revelam uma aproximação do desejo do legislador com um desejo de punir mais severamente, como é exposto, aliás, nas exposições de motivos. Ademais, há a citação de pesquisas de opiniões públicas, o que evidencia a prevalência do senso comum sobre conhecimentos técnicos.

Outrossim, de um ponto de vista político-criminal, é possível sustentar que esse endurecimento das leis do Júri acarreta mais prejuízos do que benefícios. As características do sistema criminal brasileiro revelam um alto grau de seletividade e violência estatal, somadas ao alarmante encarceramento em massa. Tais características foram reconhecidas por organizações internacionais<sup>47</sup> e pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 347:

SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL – SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA – CONDIÇÕES DESUMANAS DE CUSTÓDIA – VIOLAÇÃO MASSIVA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS – FALHAS ESTRUTURAIS – ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL – CONFIGURAÇÃO. Presente quadro de violação massiva e persistente de direitos fundamentais, decorrente de falhas estruturais e falência de políticas públicas e cuja modificação depende de medidas abrangentes de natureza normativa,

---

<sup>45</sup> Mendes, André Pacheco Teixeira Por que o legislador quer aumentar penas? Populismo penal legislativo na Câmara dos Deputados - Análise das justificativas das proposições legislativas no período de 2006 a 2014 / André Pacheco Teixeira Mendes; orientador: José Maria Gómez. – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Direito, 2015.

<sup>46</sup> Idem.

<sup>47</sup> Disponível em:

<http://www.global.org.br/blog/onu-descreve-como-cruel-desumano-e-degradante-o-sistema-prisional-brasileiro/> Acesso em 20/11/2020.



administrativa e orçamentária, deve o sistema penitenciário nacional ser caracterizado como “estado de coisas inconstitucional”<sup>48</sup>.

Nos termos da conclusão do estudo elaborado por André Mendes:

Toda atenção é necessária no momento em que o populismo penal parece vicejar na sociedade brasileira. E se mistura com o trágico sistema penal subterrâneo e suas práticas de extermínio institucionalizadas. Uma combinação explosiva entre política populista e violência estatal que perfazem uma institucionalidade penal excludente. Que corrói o sistema constitucional de direitos e garantias. Que dilacera vidas. Os sentimentos e intuições não podem levar à política-criminal irresponsável.

Existem diversos exemplos históricos que evidenciam os perigos de um endurecimento penal, substanciado pelo clamor popular. Claus Roxin salienta que, durante o nazismo (o maior dos exemplos que a História pode fornecer), as principais alterações na legislação penal ensejaram, depois, a corrosão do Estado de Direito e sua transformação em um regime totalitário. Como exemplo, o princípio da legalidade foi reformulado em 1935, para prever o que um fato criminoso “merece pena segundo a ideia fundamental de uma lei penal e segundo o sentimento popular saudável”<sup>49</sup>. Os desdobramentos sociais dessa corrosão resultaram no fortalecimento do totalitarismo e do fascismo alemão.

O Instituto Sou da Paz elaborou o estudo “ONDE MORA A IMPUNIDADE? Porque o Brasil precisa de um Indicador Nacional de Esclarecimento de Homicídios”<sup>50</sup>, no qual aponta que a taxa de homicídios esclarecidos no Brasil, dentre os dois primeiros anos decorridos após o crime, é de 32%<sup>51</sup>.

A pesquisa faz sugestões no sentido de modernizar as investigações, bem como a própria polícia, para que se possa obter uma eficiência maior na solução dos casos<sup>52</sup>. Não consta no documento nenhuma indicação no sentido de se adiantar a prisão, ou no que concerne à morosidade relativa aos recursos<sup>53</sup>.

<sup>48</sup> ADPF 347, STF, Plenário, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. em 09/09/2015.

<sup>49</sup> ROXIN, Claus. Derecho penal: parte general. Tomo I. Fundamentos. La estructura de la teoría del delito. 2ª Ed. Trad.: Diego-Manuel Luzon Peña et. al. Madrid: Editorial Civitas, 1997;

<sup>50</sup> Disponível em:

<http://soudapaz.org/o-que-fazemos/conhecer/pesquisas/politicas-de-seguranca-publica/controle-de-homicidios/?s=documents> Acesso em 24/11/2020.

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> Idem.

<sup>53</sup> Idem.

Segundo Marcos Camargo, Presidente da Associação dos Peritos Federais Criminais, a melhora na solução dos casos, e o consequente aumento na eficiência das leis penais, passa por investimentos estruturais em inteligência e infraestrutura: Para você solucionar crimes, você precisa do trabalho da perícia. A gente precisa de ciência para resolver crimes, metodologias científicas. E isso, depende de capacitação, depende de estrutura e depende de recursos humanos<sup>54</sup>.

---

<sup>54</sup> Disponível em:

<https://www.dm.jor.br/brasil/2020/09/casos-de-homicidio-no-brasil-nao-sao-solucionados-por-falta-de-estrutura/>  
Acesso em 25/11/2020.

## CONCLUSÃO

O presente artigo buscou, inicialmente, salientar as principais características do Tribunal do Júri, em especial, o fato de que os princípios atrelados ao Tribunal, como a Soberania dos veredictos, não podem ensejar um desfavor, um prejuízo ao acusado, já que são garantias dele próprio e de sua liberdade.

Além disso, restou evidenciado que, por certo, o Tribunal do Júri é moroso, mas que, nos estudos realizados pelo CNJ, não há nenhuma sugestão quanto à necessidade de antecipação da execução da pena.

No capítulo seguinte, foi demonstrado que a discussão que envolve a execução provisória da pena tomou conta do cenário jurídico dentre os anos de 2009 e 2019, mas que perdura até hoje - haja vista a própria alteração legislativa em análise. Foi sedimentado que, do ponto de vista jurisprudencial, como também a partir da análise de diversos dados, elaborados por diversos atores jurídicos, a execução provisória da pena revela-se desproporcional para que se alcance uma efetividade maior na aplicação das leis penais.

Os dados evidenciam uma taxa considerável de provimento, ainda que parcial, dos recursos, de modo que a execução antecipada representaria um erro, haja vista que existe uma chance real da decisão sofrer alguma alteração.

Além do mais, o capítulo sobre a Lei 13.964/2019 salientou que, de início, a proposta visava executar provisoriamente a pena após a condenação do Júri, independente do quantum à ela atribuído. Ainda, a alteração que incluiu a exigência do quantum de 15 anos não encontra justificativa nos trâmites legislativos.

Acontece que, como exposto, tal alteração buscou atingir os casos em que ainda existe alguma chance de o Supremo Tribunal Federal rever a já sedimentada jurisprudência sobre a prisão após a 2ª instância. A exposição de motivos da proposta legislativa chega a citar julgados do próprio STF que caminhavam no mesmo sentido da alteração. Todavia, uma dessas decisões se baseia em uma jurisprudência já superada, enquanto a outra não passa em um exame de proporcionalidade, além de enfrentar óbices do ponto de vista jurídico e político-criminal.

Pelo texto justificante das alterações, é possível constatar que a proposta caminha no mesmo sentido da tendência auferida por André Mendes em sua obra de doutorado. Trata-se de mais uma modificação ensejada pelo populismo penal. O próprio autor reforça o alerta que é também de outros acerca dos exemplos históricos, nos quais o endurecimento das leis penais foi precursor de um enfraquecimento do estado de direito.

O Brasil triplicou a sua população carcerária nas últimas duas décadas e a taxa continua crescente<sup>55</sup>. Por outro lado, o país apresenta números de homicídios que se comparam ao número de mortes ocorridas em guerras<sup>56</sup>. O encarceramento em massa aparenta fortalecer apenas o crime organizado<sup>57</sup>, institucionalizado pelo próprio cárcere<sup>58</sup>. Por mais que correlações não impliquem necessariamente em causalidade, é possível sustentar que o discurso populista não apresenta os resultados que promete. Por tal razão, há como se apontar que é no que se mais carece que se deve investir. As propostas e alterações legislativas não possuem dados, pesquisas e estudos técnicos sobre os assuntos dos quais tratam.

A alteração legislativa em questão não foge à essa regra. Ela fomenta o encarceramento, ao antecipar a execução da pena condenatória, mas, ao mesmo tempo, não apresenta dado nenhum acerca da efetividade da mudança proposta. “Prender mais cedo” aparenta trazer efetividade às leis penais, quando, na verdade, a ineficiência da lei penal não possui causa na liberdade dos réus, enquanto em trânsito do processo.

As sugestões oferecidas pelos diversos agentes e pesquisadores envolvidos no sistema criminal não perpassam pelo endurecimento das leis, mas sim por um investimento do Poder Público em inteligência, modernização e infraestrutura de quem investiga, e em como se investiga.

Negar o conhecimento científico e modificar leis penais, em prol de um sentimento popular, são características históricas de um desgaste do Estado de Direito, que precederam o totalitarismo. Nas palavras de George Santayana, "aqueles que não conseguem lembrar o passado estão condenados a repeti-lo”.

---

<sup>55</sup> Disponível em:

<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/02/19/brasil-tem-338-encarcerados-a-cada-100-mil-habit-antes-taxa-coloca-pais-na-26a-posicao-do-mundo.ghtml>. Acesso em 23/11/2020.

<sup>56</sup> Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/12/111214\\_mapaviolencia\\_pai](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/12/111214_mapaviolencia_pai). Acesso em 23/11/2020.

<sup>57</sup> Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/06/05/com-guerra-de-faccoes-brasil-atinge-novo-reco-rde-de-homicidios-em-2017.htm> Acesso em 23/11/2020.

<sup>58</sup> Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/12/18/ficha-criminal-violencia-em-presidio-no-rj-fez-nascer-o-comando-vermelho.htm> Acesso em 23/11/2020.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Thiago Bottino do. Habeas Corpus nos Tribunais Superiores. Disponível em: <https://diretorio.fgv.br/projetos/habeas-corpus-nos-tribunais-superiores> Acesso em 13/11/2020.

BADARÓ, Gustavo Henrique. Processo Penal / Gustavo Henrique Badaró - 4. ed. rev. atual e ampl. pp. 189 - São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2016.

JUNIOR, Franklin. (2020). A execução provisória da sentença penal condenatória e o princípio da não culpabilidade.

MALAN, Diogo: Ideologia política de Francisco Campos: influência na legislação processual brasileira (1937-1941). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015

MENDES, André Pacheco Teixeira Por que o legislador quer aumentar penas? Populismo penal legislativo na Câmara dos Deputados - Análise das justificativas das proposições legislativas no período de 2006 a 2014 / André Pacheco Teixeira Mendes; orientador: José Maria Gómez. – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Direito, 2015.

NUCCI, Guilherme. (2008). Tribunal do júri.

MUNIZ, Alexandre. (2016). Tribunal do Júri: a participação do povo no Poder Judiciário. Revista Justiça do Direito. 30. 312. 10.5335/rjd.v30i2.6047.

ROXIN, Claus. Derecho penal: parte general. Tomo I. Fundamentos. La estructura de la teoría del delito. 2ª Ed. Trad.: Diego-Manuel Luzon Peña et. al. Madrid: Editorial Civitas, 1997;

SILVA, Evandro Lins e, 1912 - O salão dos passos perdidos: depoimento ao CPDOC I Evandro Lins e Silva; entrevistas e notas, Marly Motta, Verena Alberti ; edição de texto, Dora Rocha - Rio de Janeiro : Nova Fronteira : &1. FOV, 1997.

DIAGNÓSTICO DAS AÇÕES PENAIIS DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI / Conselho Nacional de Justiça – Brasília: CNJ, 2019. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.cnj.jus.br/jspui/handle/123456789/84> Acesso em 17/11/2020.

GESTÃO PROCESSUAL DO TRIBUNAL DO JÚRI / Brasília/DF: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Disponível em <https://bibliotecadigital.cnj.jus.br/jspui/handle/123456789/344> Acesso em 20/11/2020.

A ERA VARGAS: DOS ANOS 20 A 1945. Disponível em:

[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/francisco\\_campos](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/francisco_campos). Acesso em 21/11/2020.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. Disponível em

[http://honoriscausa.weebly.com/uploads/1/7/4/2/17427811/exmcpp\\_processo\\_penal.pdf](http://honoriscausa.weebly.com/uploads/1/7/4/2/17427811/exmcpp_processo_penal.pdf).

Acesso em 12/11/2020.

LAVA-JATO. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso> . Acesso em 12/11/2020.

AMICUS CURIARE NAS ADCS 43 E 44, IBCCRIM. Disponível em

<https://wp.ibccrim.org.br/docs/atuacaotribunais/adc-43-e-44-memoriais-de-amicus-curiae-ibccrim/> Acesso em 13/11/2020.

INOVAÇÕES DA LEI 13.964/2019 / 2ª Câmara de Coordenação e Revisão ; coordenação e organização: Andréa Walmsley, Lígia Cireno, Márcia Noll Barboza ; [colaboradores: Paulo Queiroz ... et al.]. – Brasília : MPF, 2020. 444 p. – (Coletânea de artigos ; v. 7) . Disponível em: [http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/copy\\_of\\_2CCR\\_Coletanea\\_Artigos\\_FINAL.pdf](http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/copy_of_2CCR_Coletanea_Artigos_FINAL.pdf) pp. 428, Acesso em 15/11/2020.